



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.ª SL

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.ª parte:

10H00

Audição do ex-Diretor de Material Circulante da CP (requerimentos do CDS-PP e do PSD)

- José Pontes Correia

11h30

Audição da Comissão de Trabalhadores da CP (requerimento oral do PCP)

- Catarina Cardoso

- Jorge Costa

2.ª parte:

1. Apreciação e votação da ata n.º 236/XIII/4.ª, relativa à reunião de 20 de fevereiro de 2019

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do ex-Administrador da Ascendi - Autoestradas de Portugal, S.A., José Revés, e do ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, sobre a renegociação do contrato de concessão com o Estado, em maio de 2013, que levou à diminuição da faixa de gestão de combustível para três metros nas autoestradas concessionadas à Ascendi

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a mobilidade aérea de e para a Região Autónoma da Madeira



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.ª (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria - Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)

5. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1558/XIII/3ª (PSD) - Recomenda ao Governo a redução de portagens na denominada Autoestrada do Pinhal Interior (troço da A13 entre o Entroncamento e Coimbra e A13.1 que liga a Condeixa)

6. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 1128/XIII/4.ª (BE) - Proíbe a incorporação de biocombustíveis produzidos a partir de óleo de palma (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro) - Relator cabe ao PSD

7. Outros assuntos

1.ª parte:

Audição do ex-Diretor de Material Circulante da CP (requerimentos do CDS-PP e do PSD) - José Pontes Correia

Iniciada a reunião, a Senhora Vice-Presidente da Comissão Economia, Inovação e Obras Públicas deu as boas vindas ao ex-Diretor de Material Circulante da CP, cuja audição enquadrou nos requerimentos do CDS-PP e do PSD, explicando os tempos de intervenção.

Intervieram os Senhores Deputados Helder Amaral (CDS-PP), Carlos Silva (PSD), Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor ex-Diretor de Material Circulante da CP respondido individualmente às questões colocadas.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.ª SL

Na ronda de perguntas subsequente, intervieram os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS), Fátima Ramos (PSD), Heitor de Sousa (BE), Helder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor ex-Diretor de Material Circulante da CP prestado esclarecimentos em resposta conjunta.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão agradeceu a informação prestada pelo Senhor ex-Diretor de Material Circulante da CP e encerrou esta audição, que teve [registo vídeo](#), e prosseguiu a reunião com a

Audição da Comissão de Trabalhadores da CP (requerimento oral do PCP) - Catarina Cardoso e Jorge Costa

Iniciada a audição, o Senhor Presidente da Comissão Economia, Inovação e Obras Públicas deu as boas vindas à Comissão de Trabalhadores da CP, cuja audição enquadrou no requerimento oral do PCP, explicando os tempos de intervenção.

Intervieram os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Carlos Silva (PSD), Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE) e Helder Amaral (CDS-PP), tendo Comissão de Trabalhadores da CP respondido individualmente às questões colocadas.

A Senhora Vice-Presidente da Comissão agradeceu a informação prestada pela Comissão de Trabalhadores da CP e encerrou esta parte da reunião, que teve [registo vídeo](#), e prosseguiu a reunião com a

2.ª parte:

1. Apreciação e votação da ata n.º 236/XIII/4.ª, relativa à reunião de 20 de fevereiro de 2019

O Senhor Presidente da Comissão assumiu a condução dos trabalhos e colocou à consideração a ata n.º 236/XIII/4.ª, relativa à reunião de 20 de fevereiro de 2019, que



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

submeteu à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

4. Apreciação e votação do parecer na generalidade relativo à Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.^a (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria- Relator: Deputado Paulo Neves (PSD)

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) apresentou, nos seus termos, o projeto de parecer na generalidade, que, na qualidade de Relator, elaborara sobre a Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.^a (GOV) - Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria, referiu que este Projeto de Lei contribui para a não perda de competitividade no registo nacional de navios.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (PCP) solicitou a palavra, para saudar o Senhor Deputado Relator, demonstrou discordância com a parte referente à opinião do relator, constante da proposta de parecer, mencionou preocupação com a segurança no transporte de mercadorias em navios e com os direitos dos trabalhadores embarcados, de seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) para felicitar o Senhor Deputado Relator e expressou desacordo com a opinião do Deputado Relator, porém referiu concordar com a restante proposta de parecer, concluiu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) observando que a opinião do Deputado Relator não é votada.

O Senhor Presidente da Comissão felicitou o Senhor Deputado Relator e colocou a proposta de parecer à votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP, registando-se o voto contra do PCP, e a ausência do PEV e do PAN.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

O Senhor Presidente da Comissão pôs à consideração a discussão conjunta dos pontos 2.º e 3.º, designadamente

- 2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do ex-Administrador da Ascendi - Autoestradas de Portugal, S.A., José Revés, e do ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, sobre a renegociação do contrato de concessão com o Estado, em maio de 2013, que levou à diminuição da faixa de gestão de combustível para três metros nas autoestradas concessionadas à Ascendi**

- 3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a mobilidade aérea de e para a Região Autónoma da Madeira**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou, nos seus termos, o requerimento para audição do ex-Administrador da Ascendi - Autoestradas de Portugal, S.A., José Revés, e do ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, sobre a renegociação do contrato de concessão com o Estado, em maio de 2013, que levou à diminuição da faixa de gestão de combustível para três metros nas autoestradas concessionadas à Ascendi, e o requerimento para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a mobilidade aérea de e para a Região Autónoma da Madeira (RAA).

O Senhor Presidente da Comissão deu conta que não é possível requerer a audição do Senhor ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, sobre a renegociação do contrato de concessão com o Estado, mas sim convidar a estar presente em audição.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para transmitir que é do seu conhecimento que o GP PSD solicitou na Comissão de Agricultura e Mar, sobre a matéria referenciada no ponto 2, a Audição do ex-Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, e propôs, em caso de assuntos idênticos entre Comissões, que as reuniões sejam conjuntas ou com convite recíproco.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) solicitou a palavra para abordar o requerimento apresentado no ponto 2, demonstrou acordo com o exposto, considerou-se surpreendido com a alteração de uma norma que faz parte da Lei, afirmou ser uma violação grosseira da Legislação em vigor, salientou a necessidade da entidade reguladora prestar esclarecimentos, e apresentou o requerimento oral para audição das Infraestruturas de Portugal, S.A.

O Senhor Deputado Ernesto Ferraz (BE) usou da palavra para concordar com as razões invocadas no requerimento para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação sobre a mobilidade aérea de e para a Região Autónoma da Madeira, referiu que é um processo que se arrasta no tempo sem qualquer definição, mencionou que não há informações sobre os desenvolvimentos dos grupos de trabalho do Governo Nacional e do Governo Regional sobre a matéria, afirmou que importa ouvir o atual Ministro com o intuito de esclarecer a situação.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) referiu que o GP PS não se opõe aos requerimentos apresentados, quanto ao requerimento sobre a mobilidade aérea de e para a Região Autónoma da Madeira mencionou o trabalho já desenvolvido na Assembleia da República e que teve reação por parte dos operadores aéreos, referiu que esta matéria não é exclusiva da RAM, também envolvendo o Governo da Região Autónoma dos Açores (RAA), sugeriu que o requerimento também englobasse a RAA.

O Senhor Deputado Paulo Neves (PSD) usou da palavra para mencionar que o GP PSD concorda com o requerimento apresentado no ponto 2, considerou oportuno o requerimento mencionado no ponto 3, discordou com a atual política de mobilidade para a RAM por parte do Governo, fez referência à política de preços elevados praticada pela TAP para a RAM e ao modelo de pagamento do subsídio de mobilidade.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), relativo às questões suscitadas no ponto 2, referiu que apesar do ex-Secretário de Estado dos Transportes possa ter tido o comando político da renegociação de um acordo contratual com um prestador de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

serviços, afirmou que o ex-Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, é que representou os factos políticos relativos a esse período histórico.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para demonstrar abertura para uma audição do presidente das Infraestruturas de Portugal, S.A., à data dos factos mencionados no ponto 2, referiu que o critério usado para a escolha das entidades foi o da responsabilidade política, relativo ao ponto 3 propôs que a Comissão ao solicitar as audições junto do Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Parlamentares mencione que a matéria em causa seja a mobilidade aérea de e para as Regiões Autónomas, embora ocorra um enfoque na ligação aérea à RAM.

O Senhor Presidente submeteu os requerimentos a votação, foram ambos aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

5. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Resolução n.º 1558/XIII/3^a (PSD) - Recomenda ao Governo a redução de portagens na denominada Autoestrada do Pinhal Interior (troço da A13 entre o Entroncamento e Coimbra e A13.1 que liga a Condeixa)

Foi fixada a proposta de redação final A, relativa ao Projeto de Resolução n.º 1558/XIII/3^a (PSD) - Recomenda ao Governo a redução de portagens na denominada Autoestrada do Pinhal Interior (troço da A13 entre o Entroncamento e Coimbra e A13.1 que liga a Condeixa), sem votos contra.

6. Nomeação de relator para o Projeto de Lei n.º 1128/XIII/4.^a (BE) - Proíbe a incorporação de biocombustíveis produzidos a partir de óleo de palma (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro) - Relator cabe ao PSD

Foi nomeada relator, referente ao Projeto de Lei n.º 1128/XIII/4.^a (BE) - Proíbe a incorporação de biocombustíveis produzidos a partir de óleo de palma (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro), a Senhora Deputada Helga Correia (PSD).



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

7. Outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão reiterou o pedido aos GP's para indicação de Deputados para a deslocação a Pedras Salgadas/Barroso/Guimarães.

De seguida, o Senhor Presidente informou das iniciativas sobre a alteração da Lei das comunicações eletrónicas, referiu que tinha sido acordado na reunião de 5 de dezembro de 2018 esperar pela audição da ANACOM (que aconteceu na passada semana) para dar prazo para apresentação de propostas de alteração, colocada à consideração foi deliberada a criação de um Grupo de Trabalho, cabendo a coordenação ao GP PSD.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou a palavra para solicitar que o documento apresentado pela ANACOM fosse disponibilizado em versão eletrónica editável e pesquisável.

O Senhor Presidente transmitiu que a Proposta de Lei n.º 173/XIII/4.^a, que pretende regular a «operação e fiscalização de sistemas de aeronaves não tripuladas no espaço aéreo nacional» baixou para nova apreciação, por 60 dias, em 15 de fevereiro, referiu que não vai ser criado um Grupo de Trabalho para discutir esta matéria.

O Senhor Presidente da Comissão deu contas das audições regimentais:

- mencionou que antes da remodelação governamental estavam previstas audições regimentais com o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas para 3 de abril e 5 de junho, devido à nova realidade é necessário prever novas audições regimentais com o novo Ministro das Infraestruturas e da Habitação e com o novo Ministro do Planeamento. Referiu que a Comissão não abdica da realização de 2 audições regimentais com cada um dos Ministros, cabendo ao Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Parlamentares propor as datas convenientes;

- informou que a audição regimental do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, que tinha sido adiada para dia 19 de março (terça-feira), às 15h00, por



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

solicitação do Ministro, não se pode realizar, por ter sido agendada para esse dia e hora a reunião Plenária referente ao Debate Quinzenal com o Primeiro-Ministro, propondo a Comissão, em alternativa, o dia 20 de março pela manhã.

Por fim, o Senhor Presidente indicou que na reunião do Grupo de Trabalho – Publicidade Alimentar, ontem realizada, houve consenso para enviar à Comissão a mais recente versão do texto de substituição por reunir consenso, exceto quanto à idade – 14 ou 16 anos. Para esta única questão da idade foi admitida a hipótese de ser feita uma votação em Comissão de eventuais propostas de alteração, como tal, não ocorreu votação indiciária no Grupo de Trabalho. Resumindo, o Presidente da Comissão solicitou aos Presidentes dos GP's, caso ocorra consenso, a elaboração de um texto para ser votado na próxima reunião da Comissão.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 237/XIII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Ricardo Bexiga
António Costa Silva
Fernando Manuel Barbosa
Joana Lima
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
André Silva
Heloísa Apolónia
Hugo Pires
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo